



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Seção de Gestão Sustentável

Reunião Comissão Gestora do PLS

1) Identificação da Reunião

Data	Horário	Local
07/07/2021	14:00 horas	Plataforma Teams

2) Pauta

- A nova Resolução do CNJ, nº 400/2021 e a atualização do PLS do TRE-MG.

3) Participantes

Nome	Setor
1. Karina Marcos Bedran Pinheiro	CGE/SGESU
2. Renata Machado Campos Alves	CGE/SGESU
3. Magda Heloísa Diniz de Macedo	CGE/SGESU
4. Adriana Mendonça Cony Dantas	EJEMG
5. Helen Carolina Almeida	CAS/SGP
6. Geraldo Lúcio Teixeira	CSGSGS
7. Tiago Lemos Cândido	COR/SOF
8. Gisele Rezende de Matos	COR/SOF
9. Alexsander Bittencourt Vieira	SEMAE/STI
10. Luís Eduardo Porto Nogueira	NAGOV/SGA
11. Paulo Guilherme Barbosa Duarte	SAGRA/SGA

4) Discussões e Deliberações

Karina iniciou os trabalhos explicando os itens abaixo elencados:

- Explicou o conceito de Plano de Logística Sustentável –PLS-, instituído no âmbito do Poder Judiciário com a publicação da resolução nº 201/2015 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Informou sobre as Resoluções do CNJ 201/2015, 249/2019 e a recém-publicada Resolução 400, publicada em 16 de junho de 2021, que estipulou a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, substituindo a Resolução nº 201/2015.
- Em relação aos normativos do TRE-MG, informou sobre Portaria TRE/PRE nº 224/2015 que instituiu o PLS no TRE-MG. No ano de 2019, houve a publicação da Portaria TRE/PRE nº 296/2019 que atualizou o PLS do TRE-MG que passou a ter fichas dos indicadores com metas a serem cumpridas. (Vide anexo da Portaria TRE/PRE nº 296/2019.)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Seção de Gestão Sustentável

4. Detalhou os indicadores do PLS do TRE-MG, com apresentação das respectivas fichas, com as metas e outras informações.
5. Informou sobre o plano de logística sustentável do TRE-MG, mostrando os dados que são enviados para o CNJ, por meio de relatório elaborado anualmente, com a análise dos indicadores pela área responsável e pela SGESU. Alguns indicadores são mensais e outros anuais.
6. Detalhou o painel do PLS informado pelo CNJ que contém dados comparativos entre os tribunais e premiação divulgada no Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário Brasileiro. O painel do CNJ pode ser acessado no link: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qww_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shPLSResumo
7. Ressaltou a necessidade de atualizar o PLS do TRE-MG em 2021 com metas a partir de 2022 (aguarda definição do CNJ), já que o PLS anterior do TRE-MG está vigente até o fim de 2021.
8. Informou sobre as alterações da resolução CNJ nº 400/2021 com publicação de novos indicadores e necessidade de envolvimento das áreas para estipular metas, prazos etc.
9. Informou sobre a inserção de novos indicadores, conforme resolução CNJ nº 400/2021 São eles:

Tema já existente	Novo Indicador
Transporte	Gasto com contrato de agenciamento de transporte terrestre de pessoal e serviço.
Combustível	Gasto com combustíveis gasolina, etanol, diesel e, caso exista, com gás natural veicular, hidrogênio e outros

10. Informou sobre novos temas e indicadores da Resolução CNJ nº 400/2021.

Novos temas	Indicadores
Apoio ao serviço Administrativo	1) Monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.
	2) Gasto com serviços gráficos no período-base.
Contratações Sustentáveis	1) total de contratos no período-base
	2) Quantidade de contratos com critério de sustentabilidade.
	3) Percentual de aquisições e contratações com critério de sustentabilidade.

11. Afirmou que o indicador ações de capacitação e sensibilidade socioambiental passou a ser contabilizado em dois indicadores: 1) ações de capacitação em sustentabilidade; 2)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Seção de Gestão Sustentável

ações de sensibilização em sustentabilidade. Não há contabilidade do quantitativo de participantes para esse indicador.

12. Em relação ao indicador “Negociação Tarifária”, ressaltou que não é um indicador novo, porém, não estava sendo respondido. Dessa forma, verificará com a área responsável se há possibilidade de obter essa informação para envio ao CNJ. Tal indicador significa dizer se há iniciativas de negociação de melhores tarifas com concessionária de energia elétrica.
13. Enfatizou a necessidade de quantificar o indicador força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares
14. Mencionou sobre a exclusão do indicador de acessibilidade.
15. Informou sobre o ranking de pontuação dos tribunais (Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS) que é publicado no Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário. Em 2020, o TRE-MG ficou em 1º lugar (em relação aos indicadores de 2019). Neste ano de 2021, o TRE-MG ficou em 8º lugar (em relação aos dados de 2020). Necessário avaliar que muitos tribunais ficaram de portas fechadas durante a pandemia e o TRE-MG continuou com a prestação de serviços de forma presencial no período citado. O Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário é importante para ver a possibilidade de o nosso tribunal melhorar seus próprios indicadores.
16. Ressaltou que os planos de ação que compõem o PLS servem para melhorar os indicadores, e alcançar as metas, com a finalidade de obter economia para o tribunal.
17. Apresentou o plano de ação de cada área.
18. Explicou que o percentual de implementação dos planos de ação consiste em um dos indicadores do PETRE (indicador 3 do PETRE 2016-2021).
19. Informou sobre a Portaria TRE-MG nº 146/2019 da Presidência que estabelece os procedimentos para envio dos dados dos indicadores socioambientais e para envio e acompanhamento do Plano de Ação do PLS TRE-MG.
20. Por fim, enfatizou a necessidade de elaboração do novo PLS e envolvimento das áreas para desenvolvimento dos indicadores novos e daqueles que foram alterados.
21. Agradeceu a todos pela presença e comunicou que na próxima semana serão realizadas reuniões com as áreas sobre os indicadores do PLS 2021-2016.